



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO - UFMA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA
CURSO DE PEDAGOGIA

NAIRA DANIELLE COELHO DA SILVA BEZERRA

**INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA PRÁTICA DOCENTE EM UMA PRÉ –
ESCOLA DE GRAJAÚ- MA**

Imperatriz – MA
2023

NAIRA DANIELLE COELHO DA SILVA BEZERRA

**INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA PRÁTICA DOCENTE EM UMA PRÉ –
ESCOLA DE GRAJAÚ- MA**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão, para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ma. Cristina Torres da Silva Ferreira

Imperatriz -MA
2023

NAIRA DANIELLE COELHO DA SILVA BEZERRA

**INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA PRÁTICA DOCENTE EM UMA PRÉ –
ESCOLA DE GRAJAÚ- MA**

Monografia apresentada ao curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão como exigência para obtenção do grau de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 20 de dezembro de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Cristina Torres da Silva Ferreira (Orientadora)
Mestra em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Vicente Marques de Castro Neto (Avaliador)
Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Manoel Pinto Santos (Avaliador)
Mestre em Educação
Universidade Federal do Maranhão

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor (a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

BEZERRA, Naira Danielle Coelho da Silva.

INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL:
POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA PRÁTICA DOCENTE EM UMA PRÉ -
ESCOLA DE GRAJAÚ- MA/ Naira Danielle Coelho da Silva BEZERRA. -
2023.

36 p.

Orientador(a): Cristina Torres da Silva FERREIRA.
Monografia (Graduação) - Curso de Pedagogia,
Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2023.

1. Desafio Docente. 2. Autismo. 3. Educação Infantil. I.
FERREIRA, Cristina Torres da Silva. II. Título.

“Inclusão é um direito daqueles que precisam, e incluir é um dever de todos”.

Letícia Butterfield

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus por ter permitido que eu tivesse saúde e determinação para não desistir durante esses anos, apesar de algumas situações, consegui concretizar este trabalho. Agradeço aos meus pais, Jorge Gomes de Sousa que perdi durante esses anos, que Deus os tenham, a minha mãe Ilza Modesto de Sousa, que esteve ao meu lado sempre para não desistir. A mãe Uberlândia Modesto de Sousa, que mesmo de longe amo muito.

Agradeço meus filhos Carlos Eduardo Coelho Rodrigues e Raynara da Silva Bezerra, sempre me incentivaram a não desistir, sempre disponível a me ajudar e compartilhar conhecimentos.

Agradeço meu esposo Railson Bezerra da Silva Coelho, pelo companheirismo ao longo deste percurso acadêmico. Aos meus irmãos Aelson Modesto de Sousa e Italo Modesto de Sousa sempre me incentivaram nos momentos difíceis.

Sou muito grata pela minha orientadora, professora Cristina Torres da Silva Ferreira, que conduziu o trabalho com paciência e dedicação, sempre disponível a compartilhar seus conhecimentos. Externando ainda meus agradecimentos aos meus professores que suas correções e ensinamentos me permitiram apresentar um melhor desempenho no meu processo de formação profissional ao longo do curso em especial ao professor José Batista que Deus o tenha em um bom lugar.

Agradeço a todos que participaram direta e indiretamente do desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizagem. por fim agradeço aos meus colegas de turma que compartilharam tantos momentos de muito aprendizado.

RESUMO

O trabalho docente com crianças com Transtorno do Espectro Autista - TEA, se faz cada vez mais necessário nas escolas. É importante que as instituições escolares, bem como os professores compreendam a importância de conhecer de forma aprofundada as especificidades dessa condição neurológica que afeta as relações sociais e como intervir em determinadas situações. A partir da reflexão, o estudo apresenta a seguinte problemática :como se dá o processo de inclusão de alunos com TEA na educação infantil? quais os desafios encontrados na prática docentes com os alunos com TEA e de que forma busca supera-los? a escola possibilita acesso e sua permanência de alunos com TEA de forma efetiva? Dessa forma, o objetivo do estudo é analisar quais as possibilidades e os desafios enfrentados na prática docente com crianças autistas na educação infantil em uma pré-escola do município de Grajaú-MA. A pesquisa contou com o referencial teórico de grandes autores que estudam a temática em questão, dentre eles Droun (2020), Freitas (2006) e Melo (2013), bem como também os documentos oficiais. Os dados coletados da pesquisa expressam uma visão dos professores da instituição de Educação Infantil que tentam se adaptarem da melhor maneira possível para atender indistintamente os mais diversos tipos de necessidades educacionais especiais que acometem um número bem significativo de alunos. A pesquisa foi de grande relevância para que houvesse de fato uma compreensão da realidade do Autismo na escola.

Palavras-chave: Desafio docente. .Autismo. Educação Infantil

ABSTRACT

Teaching work with children with Autism Spectrum Disorder - ASD is increasingly necessary in schools. It is important that school institutions, as well as teachers, understand the importance of knowing in depth the specificities of this neurological condition that affects social relationships and how to intervene in certain situations. Based on reflection, the study presents the following problem: how does the process of including students with ASD in early childhood education take place? What are the challenges encountered in teaching practice with students with ASD and how do you seek to overcome them? Does the school effectively enable students with ASD to access and stay? Thus, the objective of the study is to analyze the possibilities and challenges faced in teaching practice with autistic children in early childhood education in a preschool in the city of Grajaú- BAD. The research relied on the theoretical framework of great authors who study the ematics in question, including Droun (2020), Freitas (2006), Melo (2013), as well as official documents . The data collected from the research express the vision of teachers at the Early Childhood Education institution who try to adapt in the best possible way to meet, without distinction, the most diverse types of special educational needs that affect a very significant number of students. The research was of great relevance so that there was a real understanding of the reality of Autism at school.

Keywords: Teaching challenge. Autism. Child education

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E LEGAIS SOBRE INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A PRÁTICA DOCENTE	11
1.1 Transtorno do espectro autista (TEA) conceito e principais características	11
1.2 Inclusão de alunos com TEA na Educação Infantil	14
1.3 A formação docente viabilizando a inclusão de alunos autistas: Possibilidades e desafios.....	17
2 INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE GRAJAU-MA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA PRÁTICA DOCENTE	23
2.1 Caminhos metodológicos da pesquisa	23
2.2 Análise e discussão dos resultados da pesquisa	24
CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS	33

INTRODUÇÃO

Atualmente, o Transtorno do Espectro Autista – TEA teve um aumento significativo. Em muitos casos, os primeiros a observarem alguns sintomas em crianças, são os professores, principalmente nos primeiros ciclos da vida estudantil.

O estudo apresentado é relativo à questão de inclusão de alunos autistas na educação infantil com ênfase nas possibilidades e desafios na prática docente em uma escola do município de Grajaú- MA.

No Brasil, o atendimento igualitário às demandas educacionais individuais das crianças está legalmente previsto na Constituição Federal de 1988, bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente (LEI nº 8.069, ECA, 1990) que, em seu artigo 54, parágrafo III, exige a garantia do “atendimento especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Compreende-se que em meio a sociedade em que vivemos sempre existiu e, ainda existe, um estigma muito grande sobre tudo aquilo que foge dos padrões de comportamentos estereotipados. O estudo pode fazer com que professores possam mudar sua visão padronizada do tema, entendam que todas as pessoas necessitam de educação e de viver plenamente no âmbito social. Assim, o trabalho será importante para os professores.

Diante do exposto, é evidente que este estudo torna-se necessário, pois leva a comunidade acadêmica e os professores em geral à reflexão de suas práticas pedagógicas de inclusão no que tange ao aluno com TEA, pois seus resultados podem corroborar para o fortalecimento do processo inclusivo.

O interesse pela presente pesquisa deu-se pelo fato de uma experiência profissional que tive em uma escola que atendia alunos da educação infantil na cidade de Grajaú, Maranhão. Foi uma experiência enriquecedora, porém suscitou em mim várias indagações em relação ao atendimento prestado às crianças. Pois era perceptível o interesse da escola em incluir, porém, a escola não dispunha de profissionais capacitados para atender às crianças com TEA.

Debruçar sobre a temática em tela, como ponto de partida a inclusão de alunos autistas na educação infantil com ênfase nas possibilidades e desafios na prática docente, as questões norteadoras da pesquisa pautaram-se em: Como se dá o processo de inclusão de alunos com TEA na educação infantil? Quais os desafios encontrados na prática docentes com os alunos com TEA e de que forma busca

supera-los? A escola possibilita acesso e sua permanência de alunos com TEA de forma efetiva?

Neste sentido o objetivo central buscou analisar quais as possibilidades e os desafios enfrentados na prática docente com crianças autistas na educação infantil em uma pré-escola do município de Grajaú-MA, desdobrando – se nos objetivos específicos: Apresentar um panorama da educação infantil, da educação inclusiva e do autismo; Conhecer o processo de inclusão de alunos com TEA na educação infantil, especificamente em uma Pré - Escola do município de Grajaú-MA; Compreender os impasses vivenciados pelos docentes da educação infantil para inclusão de pessoas com TEA no ensino regular e de qual forma buscam superá-los e Identificar se a escola possibilita acesso e permanência de alunos com TEA de forma efetiva.

A metodologia de abordagem qualitativa, se deu a partir da pesquisa bibliográfica buscando embasamento teórico em autores que estudam a temática em questão, além dos documentos oficiais (leis, resoluções, decretos), revistas científicas, artigos científicos, que foram publicados mais recentemente entre os anos de 2010 e 2023 para assim, coletar informações que colaboram na construção da monografia, pois conforme afirma Gil (2010, p. 14) “numa pesquisa é importante aprofundar os conhecimentos diante de materiais que possam contribuir na resolução de problemas”.

Posteriormente foi desenvolvida uma pesquisa de campo em uma Pré-Escola do município de Grajaú – MA. A pesquisa foi desenvolvida através de um roteiro de entrevista com questões abertas e fechadas, com quatro professores da educação infantil que atendem crianças com TEA.

Portanto, este trabalho organiza-se em duas seções. A primeira apresenta o referencial teórico sobre a temática, “considerações teóricas e legais sobre inclusão de alunos autistas na educação infantil e a prática docente”. Na segunda seção expõe a realidade local, ou seja, a pesquisa de campo. Evidenciando desde o percurso metodológico, campo da pesquisa e caracterização dos sujeitos, desdobrando-se na análise e discussão dos resultados da pesquisa, por último as considerações finais que promoveram reflexões sobre o tema discutido.

1 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS E LEGAIS SOBRE INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A PRÁTICA DOCENTE

Este capítulo apresenta os principais documentos oficiais com as leis que asseguram os direitos à educação plena dos indivíduos que necessitam da educação inclusiva, no caso dos estudantes autistas. Os principais conceitos e características acerca do TEA, bem como, mostra a importância, os desafios e as possibilidades da formação docente voltadas para o ensino de alunos com TEA.

1.1 Transtorno do espectro autista (TEA) conceito e principais características

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um conjunto de condições caracterizadas por algum grau de dificuldade no convívio social, na comunicação verbal e não verbal e interesses específicos por algumas atividades realizadas de forma repetitiva.

A pessoa autista era conhecida como esquizofrênica e que viviam em isolamento social, porém somente em 1911 que o psiquiatra austríaco Eugen Brauwler iniciou estudos na área sobre o assunto. Ele é o primeiro a utilizar a palavra “Autismo”, que deriva do grego “Autos”, que quer dizer: “Voltar-se para si mesmo”. A palavra foi assim designada após suas observações com pessoas esquizofrênicas (OLIVEIRA, 2016).

De acordo com Tamanaha, Perissinoto e Chiari (2008), o psiquiatra austríaco Leo Kanner, radicado nos Estados Unidos, denominou o Autismo Infantil, em 1943, como sendo Distúrbio Autístico do Contato Afetivo, como uma condição com características comportamentais bastante específicas, tais como: perturbações das relações afetivas com o meio, inabilidade no uso da linguagem para comunicação, presença de boas potencialidades cognitivas, aspecto físico aparentemente normal, comportamentos ritualísticos, início precoce e incidência predominante no sexo masculino.

Com o tempo, foram surgindo novas pesquisas com crianças que desde o início de suas vidas já apresentavam isolamento extremo, assim, possuíam traços diferentes das outras crianças, não gostavam de mudar nada em suas rotinas, repetiam as falas das pessoas, tinham preferências por objetos inanimados ao invés das pessoas, dentre outras características.

O Transtorno do espectro autista pode ser algo de origem genética ou não.

Mas, o que se sabe é que pode se manifestar de diferentes formas. Sendo um problema de saúde que afeta a mente a partes do corpo da pessoa lhe originando dificuldades de locomoção e de aprendizado. De acordo com a *American Psychiatric Association* (2014) é do diagnóstico do TEA que:

[...] as características clínicas individuais são registradas por meio do uso de especificadores (com ou sem comprometimento intelectual concomitante; com ou sem comprometimento da linguagem concomitante; associado a alguma condição médica ou genética conhecida ou a fator ambiental), bem como especificadores que descrevem os sintomas autistas (idade da primeira preocupação; com ou sem perda de habilidade estabelecidas; gravidade). Tais especificadores oportunizam aos clínicos a individualização do diagnóstico e a comunicação de uma descrição clínica mais rica dos indivíduos afetados. Por exemplo, muitos indivíduos anteriormente diagnosticados com transtorno de Asperger atualmente recebiam um diagnóstico de transtorno do espectro autista sem comprometimento linguístico ou intelectual (AMERICAN PSYCHITRIC ASSOCIATION, 2014, p. 32).

Nesse sentido, de acordo com a Associação existem três níveis de classificação do TEA: Nível 1 - leve, Nível 2 - moderado e Nível 3 - grave, a pessoa sendo diagnosticada como leve precisa de menos suporte, enquanto o grave requer um atendimento específico.

A criança com no nível leve tem um intelectual de aprendizagem maior que o moderado que já é mais baixo para aprendizagem conceitual, o autista moderado pressupõe ser mais agressivo e demonstra mais dificuldade na aprendizagem. Crianças que tem o autismo grave dependem de apoio constante, daí a necessidade de um acompanhante na escola, pois são dependentes para desenvolver rotinas diárias como: se vestir, com a higiene e alimentação.

Conforme descrito pela Associação de Psiquiatria (2014), no nível 1- considerado leve de autismo, neste nível a criança consegue desenvolver atividades diárias e pode ler ou escrever, possui bastante habilidade em associar ideias. É conhecido como, síndrome de Asperger, nome utilizado por muitos anos para classificar autismo leve.

Enquanto que, no domínio conceitual pode haver dificuldade no ato de aprender alguma habilidade e, com isso, pode carece de apoio para seu melhor desenvolvimento. Nesse sentido, para a American Psychiatric Association (2014):

Em crianças pré-escolares, pode não haver diferenças conceituais óbvias. Para crianças em idade escolar e adultos, existem dificuldades em aprender habilidades acadêmicas que envolvam leitura, escrita, matemática, tempo ou dinheiro, sendo necessário apoio em uma ou mais

áreas para o alcance das expectativas associadas à idade (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 34).

O nível 2 – considerado moderado, há mais dificuldade na aprendizagem, com falta de habilidades sociais em interagir com outras pessoas, precisa de mais apoio, tendem ser mais agressivo. Segundo a *American Psychiatric Association* (2014):

Durante todo o desenvolvimento, as habilidades conceituais individuais ficam bastante atrás das dos companheiros. Nos pré- escolares, a linguagem e as habilidades pré-acadêmicas desenvolvem-se lentamente. Nas crianças em idade escolar, ocorre lento progresso na leitura, na escrita, na matemática e na compreensão do tempo e do dinheiro ao longo dos anos escolares, com limitações marcadas na comparação com os colegas (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 35).

Percebe-se conforme definido que precisam de uma assistência contínua e diária, que podem ser desenvolvida por pessoas que possam assumir integralmente essas responsabilidades pelo indivíduo.

Apresenta-se o nível 3 – denominado de autismo severo, em que as pessoas são dependentes de cuidados de outras, têm dificuldades na fala e gestos, têm atraso cognitivo, alto nível de comprometimento intelectual e atraso mental. A *American Psychiatric Association* (2014) afirma que neste nível a pessoa tem uma compreensão extremamente limitada,

[...] da comunicação simbólica na fala ou nos gestos. Pode entender algumas instruções ou gestos simples. Há ampla expressão dos próprios desejos e emoções pela comunicação não verbal e não simbólica. A pessoa aprecia os relacionamentos com membros bem conhecidos da família, cuidadores e outras pessoas conhecidas, além de iniciar interações sociais e reagir a elas por meio de pistas gestuais e emocionais (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 36).

Conforme posto acima, o nível 3 requer uma atenção especial, pois precisam de muito cuidado, pois são dependentes principalmente em atividades diárias, como na higienização, na alimentação, ao se vestir. e carecem de apoio, tanto psicológico, como motor.

1.2 Inclusão de alunos com TEA na Educação Infantil

Toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem, toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas, sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades, aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança (BRASIL, 1997).

Ao se deparar com a história da infância no Brasil é perceptível que o abandono e a miséria infelizmente contribuíram para o desenrolar da trajetória de muitas crianças antigamente, pois,

[...] por muitos anos as crianças foram vistas como pequenos adultos, tendo assim que se dedicar a trabalhos pesados, vivendo abusos e sendo exploradas pelo capitalismo. Isso começou a ser mudado apenas a partir do século XX onde começaram a perceber a particularidade de cada criança e a necessidade de uma atenção maior para a sobrevivência da infância. Colocando assim em pauta, discussões acerca do direito das crianças, onde sindicalistas e civis procuraram efetuar ações para proteção da infância para que assim, fosse garantido saúde e bem-estar para as crianças (HENICK; FARIA, 2015, p. 824).

Segundo as autoras, Angélica C. Henick e Paula M. F Faria (2015), o século XX foi decisivo para promoção de políticas públicas no campo da educação quando as crianças já eram vistas de forma correta, ou seja, deveriam ser tratadas como crianças. E, foi isso que motivou criação de legislação educacional impondo as práticas pedagógicas lúdicas nas escolas brasileiras. Segundo as autoras, a concepção de infância dos dias atuais é decorrente das mudanças socioculturais, pelas quais se modificam os valores, os significados, as representações e os papéis das crianças e adolescentes dentro da sociedade.

Visto que o Brasil é um país democrático, suas leis voltadas à questão da educação pública têm o propósito de resgatar a dignidade humana. E, é por isso que foram criadas leis de inclusão escolar mesmo para crianças com necessidades especiais de acordo até mesmo com a Constituição Federal.

A Constituição Federal de 1988 assegura o direito a todos os indivíduos, que deve ter um atendimento especializado. E apresenta como um dos seus

objetivos fundamentais – Promover o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (BRASIL. CF/1988, art. 3º, Inciso IV).

Ainda a CF/1988 define em seus artigos 205 e 206 que se seguem: Art. 205. A educação direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração à sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III – Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IV – Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- V – Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;
- VI – Garantias de padrão de qualidade.

Assim sendo, a Carta Magna assegura a todas as pessoas na sociedade o seu direito de integrar-se, em todas as áreas. Em 1996, com a promulgação a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB n. 9.39/96), observamos um reconhecimento acerca das pessoas com pessoas com deficiência, com a garantia do seu acesso no ensino regular. No Capítulo V, que trata da educação especial, ela é atendida como uma modalidade de ensino, conforme pode se constatar nos parágrafos §1º, §2º, e §3º do art. 58 que assim se apresenta:

- §1º. – Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.
- §2º. – O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular.
- § 3º A oferta da educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 1996).

Vê-se que, existe a modalidade educação especial e, também é constatado dentro da própria Constituição Federal que alunos autistas podem sim, em conformidade com a Lei, ingressar em escolas de ensino regular.

Entretanto, apesar de amplamente discutida no contexto brasileiro, a questão da inclusão vinha mobilizando discretas ações das políticas públicas em relação à concretização dessa proposta de educação. Por essa razão, e sob a égide dos princípios da educação inclusiva, foi elaborada e publicada a “Política Nacional

de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva” (BRASIL, 2008). Essa política tem a função de substituir o caráter condicional das leis brasileiras que impediram o avanço da inclusão no país, reforçando os direitos a uma educação inclusiva legalmente prevista e até então não consolidada.

Os alunos com autismo ou qualquer outro tipo de condição neuropsicológica específica e deficiências, seja ela física ou mental, são assegurados pela Lei de Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – Lei nº 12.764/2012 e mais recentemente, a Lei 13.146, de 6 de julho de 2015, institui a Lei Brasileira de Inclusão ou Estatuto da Pessoa com deficiência. As leis têm por finalidade proporcionar direitos e igualdades, incluindo o direito à educação em escolas regulares, em todos os níveis de ensino.

Portanto, a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluía certas pessoas do seu seio e mantinham afastadas aquelas que foram excluídas. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e de suas origens na diversidade humana. Pois, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros escola (SASSAKI, 2005).

A escola inclusiva tida como um avanço democrático dentro da instituição escolar, como uma oportunidade de tornar a escola pública em lugar de acolhimento e atendimento de alunos portadores de necessidades especiais com uma educação diferenciada que atende suas necessidades, correto se faz afirmar que foi um avanço legislativo, político e cultural nas escolas.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola é além de uma exigência legal um instrumento norteador das ações da escola inclusiva, tendo em vista que cada unidade escolar no território nacional deverá produzir seu próprio PPP como uma ação de organização das atividades administrativas e pedagógicas. E, este documento interno serve para orientar professores em suas decisões e organização do trabalho dentro de técnicas e da legalidade. Por abrangência de sua importância é chamado de documento interno regulador das escolas.

Com a aprovação da Lei das Diretrizes e Bases (LDB) 9394/96 o PPP

passou a ser objeto de estudo e de muita discussão. Esse processo encontra-se respaldado em vários artigos da Lei:

No artigo 12, inciso I, a lei dá aos estabelecimentos de ensino a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica. No seu inciso VII, define como incumbência da escola, informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos estudantes, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

O artigo 13 responsabiliza o seguimento de professores, quanto à participação na elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (Inciso I) e a elaborar e cumprir o plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino (Inciso II) (BRASIL, 1996).

O PPP, enquanto documento regulador de procedimentos interno dá as diretrizes de ações pedagógicas no cumprimento da missão de educar e promover a formação sócio-cultural dos discentes como forma de preparar estes para a cidadania e para o mercado de trabalho de modo que a escola cumpra com sua função social.

Para que haja um atendimento efetivo de crianças com autismo, é preciso que a escola regular estruture um Projeto Político Pedagógico, na perspectiva da educação inclusiva, com ações que atendam às necessidades específicas do TEA. Neste sentido, é preciso levar em consideração os aspectos de sua cultura social, emocional, cognitiva, entre outros. Dessa forma, todos os sujeitos envolvidos no processo, terão a oportunidade de participar de sua formação acadêmica, e, isso implica reorganizar o currículo da escola, o tempo, o espaço, os conteúdos, as relações e a avaliação.

1.3 A formação docente viabilizando a inclusão de alunos autistas: Possibilidades e desafios

Mesmo em meio às oportunidades de formação superior nas modalidades presenciais e a distância ofertadas pelo Ministério da Educação e as ofertadas pelas Instituições privadas, nos dias atuais existem muitos professores de Educação Infantil que ainda não possuem formação específica na sua área de atuação, trazendo à tona a realidade da formação docente para domínio de métodos didáticos de ensino para alunos com TEA.

Utilizamos das palavras de Camila Coimbra (2020, p. 3) ao dizer que a formação “é compreendida como lugar de vida e morada do/a professor/a, em que

sua existência profissional seja, permanentemente, acompanhada por sucessos formativos, sejam eles de início, meio ou fim de carreira”. Isto porque, entendemos que a formação docente faz parte do ser por inteiro na sua existência, modelo de formação de professores.

Considerando que a evolução da pedagogia no Brasil passou por fases e melhorias formando profissional da educação cada vez mais capacitado para enfrentar os desafios desta profissão. Nesse aspecto, há uma aproximação com um postulado definido por Tardif (2019, p. 228), segundo o qual “os professores de profissão possuem saberes específicos que são mobilizados, utilizados e produzidos por eles no âmbito de suas tarefas cotidianas”.

O modo de um professor superar o desafio de lidar com crianças com necessidades especiais em meio a sua turma numa escola de ensino regular, que poderia ser na cidade de Grajaú – MA, por exemplo, é tendo colaboração da equipe pedagógica, é sabendo implantar uma pedagogia altruísta ente as crianças, também se faz preciso de materiais didáticos e métodos de ensino específicos para o atendimento das crianças com TEA.

Outro fator importante na inclusão de alunos com deficiência na escola pública é a oportunidade do convívio com colegas sem deficiência, fazendo que se percebam indivíduos capazes de desenvolver suas dimensões social, psíquica, biológica e laboral. Então, devem ser oferecidos os meios para a organização da escola democrática com vistas à aprendizagem que tenha como eixo norteador a experiência entre as subjetividades, ou seja, professores e alunos, com/sem deficiência, aprendendo juntos (MIRANDA, GALVÃO FILHO, 2012, p. 92).

As possibilidades e os desafios em um professor trabalhar com crianças com necessidades especiais em meio as outras sem isso, é que a política de ensino deve priorizar a formação social, cultural e respeito ao próximo, ou seja, a escola deve cumprir com sua responsabilidade em educar e formar suas crianças promovendo justiça social a todas, independentemente de estas terem TEA ou não.

Com base nos documentos legais que norteiam a prática pedagógica do educador, mais especificamente, em relação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais do aluno ao longo da Etapa de Educação Básica, afirma seu compromisso com a educação integral da criança, fica claro que:

Na primeira etapa da Educação Básica, e de acordo com os eixos estruturantes de Educação Infantil (interações e brincadeiras), devem ser

asseguradas seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento, para que as crianças tenham condições de aprender e se desenvolver. Conviver, brincar, participar, explorar, expressar, conhecer-se (BRASIL, 2018, p. 25).

Os professores precisam saber lidar com as características de alunos portadores de necessidades especiais para promover educação e formação social destes sabendo identificar as exatas formas de limitações comunicativas dos alunos com TEA.

Tratando-se de crianças com TEA, em sua maioria têm déficits sociais e de comunicação, pois:

- a) Problemas de interação social ou emocional alternativo. Isso pode incluir a dificuldade de estabelecer e manter o vai e vem das conversas e interações, a incapacidade de iniciar uma interação e problemas com a atenção compartilhada ou partilha de emoções e interesses com os outros.
- b) Graves problemas para manter relações. Isso pode envolver uma completa falta de interesse em outras pessoas, as dificuldades de jogar, fingir e se engajar em atividades sociais apropriadas à idade e problemas de adaptação a diferentes expectativas sociais.
- c) Problemas de comunicação não verbal. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 203).

O que pode ser visto de acordo com as informações da citação de (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014) sobre as possibilidades e desafios que os professores de Pré-Escola pública podem ter que lidar atendendo a crianças com TEA, é que a comunicação no processo de ensino e aprendizagem é à base de tudo, de todo o trabalho.

O que significa que um professor com formação superior, docência precisa saber identificar as limitações comunicativas das crianças com transtorno mental, e, proceder com seus recursos pedagógicos e didáticos para tornar suas aulas produtivas para todos os alunos sem discriminação.

Sobre os recursos didáticos e pedagógicos necessários para a alfabetização de alunos autistas em escolas de ensino regular, todo professor de alunos autistas deve saber utilizar métodos pedagógicos de Educação Especial em meio ao uso de recursos didáticos materiais como recurso audiovisual, jogos lúdicos, leitura lúdica ou *in libra* e interações sociais no ambiente pedagógico.

Nas últimas décadas, em especial, diferentes métodos de ensino escolar especial foram criados e desenvolvidos pedagogicamente.

O método *Applied Behavior Analysis* (ABA), é conhecido também como análise do Comportamento Aplicado. Muitos definem a aplicação do ABA para

crianças autistas como – aprendizagem sem erro. Nisso, o ABA é um método de domínio de técnicas de ensino e de aprendizagem que exclui o erro, que eleva a autoestima da criança autista e que busca promover a aprendizagem e formação social das crianças com TEA.

Acerca do ABA, de acordo com Drumond (2020) o tratamento envolve o ensino intensivo e individualizado das habilidades necessárias para que o indivíduo possa adquirir independência e a melhor qualidade de vida possível. Dentre as habilidades ensinadas incluem-se comportamentos sociais, tais como contato visual e comunicação funcional; comportamentos acadêmicos tais como pré-requisito para leitura, escrita e matemática; além de atividades da vida diária como higiene pessoal. A redução de comportamentos tais como agressões, estereotípias, autolesões, agressões verbais, e fugas também fazem parte do tratamento comportamental, já que tais comportamentos interferem no desenvolvimento e integração do indivíduo diagnosticado com autismo (DRUMOND, 2020, p. 52).

Como apresentado por (DRUMOND, 2020), deduz-se que, este método tem por finalidade não apenas educação, mas, prover as crianças autistas de capacidades de cuidar de si mesmas. Pelo que foi apresentado na citação acima.

Outros métodos podem ser empregados na educação de crianças autistas, como é o caso do TEACCH. Conforme explica Drumond (2020):

O Teacch é [...] um programa educacional e clínico com uma prática predominantemente psicopedagógico criado a partir de um projeto de pesquisa que buscou observar profundamente os comportamentos das crianças autistas em diferentes situações e frente a diferentes estímulos (DRUMOND, 2020, p. 38).

Este método Teacch trabalha a psicologia da criança autista com métodos pedagógicos de ensino utilizando figuras e através delas trabalha a comunicação, os gestos e pode ter um resultado melhor com atividades de treinamento aumentativo/alternativo único que ensina crianças e adultos com autismo e problemas correlatos de comunicação a começarem a se comunicar.

Nisso, o autor Drumond (2020) apresenta o método em quatro fases que se complementam no decorrer do trabalho clínico:

Fase I – Ensina os alunos a iniciarem a comunicação desde o início por meio da troca de uma figura por um item muito desejado.
Fase II – Ensina os alunos a serem comunicadores persistentes – ativamente irem à busca de suas figuras e irem até alguém e fazerem uma

solicitação.

Fase III – Ensina os alunos a discriminar figuras e selecionar uma figura que represente um objeto que eles querem.

Fase IV – Ensina os alunos a usarem uma estrutura na frase para fazer uma solicitação na forma de – Eu quero (DRUMOND, 2020, p. 71-72).

Observado acima na citação de (DRUMOND, 2020) sobre o método de ensino para Educação Especial Teacch, tudo ocorre em fases distintas visando o pleno desenvolvimento das crianças com TEA.

Tratando da Importância da relação professor/pais de alunos com TEA, quando se trata de alunos não especiais estudando em escola pública, como, por exemplo, numa Pré-escola, o professor já tem muita responsabilidade em participar os pais tudo que acontece com suas crianças na escola, quer seja de bom ou de ruim. Pois, os pais têm o direito, e, mesmo o dever de saber tudo.

Em toda escola cujo modelo de gestão é democrático e participativo, a comunidade escolar, juntamente com os pais dos alunos devem ser preparados para participar de decisões políticas da escola. Ter participação efetiva na vida do filho.

A busca de uma harmonia entre a família e a escola deve fazer parte de qualquer trabalho educativo, que tem como foco a formação do indivíduo. Pensar em uma educação de qualidade é preciso ter em mente que a família esteja presente na vida escolar de todos os alunos em todos os sentidos. É preciso uma interação entre família e escola (OLIVEIRA, 2018, p. 29).

Oliveira (2018), diz, em poucas palavras que para a educação escolar tenha boa qualidade é preciso que haja harmonia entre os pais das crianças e seus professores. Ora, se as coisas já são assim, mais ainda é preciso interação entre escola e família numa Pré-Escola que aceita incluir crianças com TEA.

Uma vez que, as crianças portadoras de necessidades especiais requerem ainda mais atenção de seus professores e de seus pais para que possam ter bom rendimento de aprendizagem e de formação como um todo na escola.

Refletir sobre as práticas pedagógicas é um fator muito importante para a vida do docente. De nada adianta o professor buscar conhecimento e/ou atualizar-se e, essa atualização não se transformar em prática no seu cotidiano letivo. Saviani (2007, p.3) afirma que a “prática é a razão de ser da teoria, o que significa que a teoria só se constituiu e se desenvolveu em função da prática que opera, ao mesmo tempo, como seu fundamento, finalidade e critério de verdade”. Neste sentido, Nóvoa, 1991, p.30 corrobora afirmando que,

A formação continuada deve estar articulada com desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. Trata-se de um objetivo que só adquire credibilidade se os programas de formação se estruturarem em torno de problemas e de projetos de ação e não em torno de conteúdos acadêmicos.

Ao refletirmos sobre as ações que podem ser tomadas, não devemos deixar de compreender que, hoje, vivemos em um mundo globalizado e tecnologizado, onde as informações se propagam velozmente, assim, o professor precisa assumir uma nova postura, uma postura de aprendiz, de ser um indivíduo ensinável, ter compromisso e responsabilidade de querer aprender mais, ou seja, compreender que a formação acadêmica é um processo que

Assume uma posição de inacabamento, vinculada à história de vida dos sujeitos em permanente processo de formação, que proporciona a preparação profissional. O processo de formação é multifacetado, plural, tem início e nunca tem fim (VEIGA, 2008, p.15).

Se tratando das formações voltadas especificamente para crianças autistas na Educação Infantil, as instituições educacionais, juntamente às secretarias de educação, devem ofertar todo subsídio pedagógico no que se referente aos estudos dos docentes voltados para o TEA. Atualmente, existem muitos cursos de formação continuada referente à temática. Portanto, compreende-se que

[...]a formação continuada pode possibilitar a reflexividade e a mudança nas práticas docentes, ajudando os professores a tomarem consciência das suas dificuldades, compreendendo-as e elaborando formas de enfrentá-las. De fato, não basta saber sobre as dificuldades da profissão, é preciso refletir sobre elas e buscar soluções, de preferência, mediante ações coletivas. (LIBÂNEO, 2005, p.227)

A profissão docente exige a formação continuada, pois ela proporciona ao professor uma reflexão de suas práticas pedagógicas, consequentemente fará com consiga superar os desafios e novidades que encontram durante o percurso da profissão.

2 INCLUSÃO DE ALUNOS AUTISTAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL EM UMA ESCOLA NO MUNICÍPIO DE GRAJAÚ-MA: POSSIBILIDADES E DESAFIOS NA PRÁTICA DOCENTE

Este capítulo apresentará o caminho percorrido para se alcançar os objetivos da pesquisa. Apresenta também os resultados e discussões acerca da pesquisa de acordo com as respostas dos professores da Educação Infantil de uma escola pública de Grajaú - Maranhão.

2.1 Caminhos metodológicos da pesquisa

O caminho percorrido para a pesquisa se deu iniciando pela pesquisa bibliográfica e em seguida a pesquisa de campo de caráter exploratório. Segundo Lakatos; Marconi (2003), o primeiro passo para se realizar uma pesquisa bibliográfica é fundamental utilizar questionamentos que abordam as seguintes perguntas conceituais referentes aos conceitos de quantidade, características, localidade e circunstâncias, apontando rumos nos quais se poderão chegar aos resultados almejados.

A pesquisa de campo é fundamentada na abordagem qualitativa, para entender os acontecimentos mediante a realidade, como afirma Teixeira (2003) “[...] na pesquisa qualitativa, o social é visto como mundo de significados possíveis de investigação dos atores sociais e suas práticas”

A pesquisa foi realizada com 4 professores de 1 Pré-Escola da rede pública de Grajaú - MA. O município de Grajaú conta com um número significativo de habitante, são 73.872 de acordo com o último censo de 2022 (IBGE, 2022).

A Pré-Escola fica localizada no bairro Expoagra, atende alunos da rede pública, nos turnos matutino e vespertino. Quanto a estrutura física, foi construída há três anos, possui 10 salas de aula.

Em relação ao quadro de servidores, possui 12 professores, 05 auxiliares AEE, 08 zeladoras, 3 vigias, 1 gestor e 1 coordenador.

O instrumento utilizado para realizar a coleta de dados se deu a partir de roteiro de entrevista pré-elaborado com questões abertas compostas por quatro questões que visam responder os objetivos propostos na pesquisa. A escolha deste instrumento justifica-se, Demo (1991, p.34) atribui a pesquisa como um

exercício diário, que visa compreender problemas existente no local através de um “[...] questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade ou no diário permanente com a realidade em sentido teórico e prático”.

Para realizar a coleta de dados foram agendados com os professores, um momento para a entrevista. As perguntas foram respondidas individualmente na presença do autor da pesquisa. Os dados coletados foram transcritos na íntegra retratando fielmente o que foi respondido pelos entrevistados.

Os quatro professores que participaram da pesquisa, lecionam para todos os alunos da turma e, dentre eles, alunos autistas.

A escolha dos entrevistados levou em conta serem professores da educação infantil e a disponibilidade de tempo. Para resguardar o sigilo dos professores e deixar os dados o mais fiel possível, aqui eles serão identificados como: Entrevistado A, Entrevistado B, Entrevistado C e Entrevistado D, conforme a ordem de realização das entrevistas.

2.2 Análise e discussão dos resultados da pesquisa

Os quatro professores entrevistados, todas do sexo feminino, com a faixa etária entre 25 a 45 anos. Trabalham há mais de 3 anos na educação infantil.

As respostas das entrevistas foram transcritas e respeitando a originalidade das fontes de modo fiel. Dessa forma, apresenta as respostas das questões em quadro (1 a 8) para facilitar a análise e discussão. Nos quadros estão as repostas dos professores. As identificações dos quadros se referem às ordens das perguntas da entrevista.

A primeira pergunta direcionada aos professores buscou conhecer se têm uma definição do termo autismo. Sendo assim, obtivemos as seguintes respostas, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Como você define o autismo?

Entrevistado A	Pessoas que precisam de ajuda e cuidados especiais
Entrevistado B	É complexo falar sobre o assunto, pois existem vários graus.
Entrevistado C	É uma condição que compromete a comunicação e interação social, associado a padrões de comportamento repetitivo
Entrevistado D	Déficit na reciprocidade socioemocional nos comportamentos não verbais que comprometem a interação social

Fonte: autor, 2023

As respostas dos professores nos levam a conhecer que possuem um conhecimento amplo do termo, pois definiram com propriedade a cerca do que foi perguntado. É de suma importância que o profissional da educação, uma vez que, trata-se de um tema que ganhou muita relevância por conta de um número significativo de casos diagnosticados, muitos deles, são inicialmente identificados no ambiente escolar, precisa ser informados aos pais que devem encaminhar a um profissional da saúde para ter um diagnóstico preciso e como se dará o tratamento.

Quadro 2: Esta é a sua primeira experiência com alunos com autismo? Se já teve esta experiência antes, relate como foi.

Entrevistado A	Não. Trabalho com pessoas autistas, são muito delicadas.
Entrevistado B	Sim. Considero desafiador.
Entrevistado C	Não. Foi um experiencia gratificante.
Entrevistado D	Sim. É algo inovador e prazeroso.

Fonte: autor, 2023

Conforme as respostas dos professores dos entrevistados B e D, relataram que já trabalhavam, enquanto os entrevistados A e C relataram que é a primeira vez e, contam que a experiência em si é desafiadora, porém proveitosa, de muito aprendizado. É importante salientar que, ao trabalhar com alunos autista, é necessário se apropriar do assunto, compreender como funciona o sistema cognitivo do aluno, analisar seu ambiente social, entre outras questões.

Mais do que isso, é importante que a experiência de trabalhar com alunos com autismo, é propiciar formas de melhorar significativamente a convivência com este aluno, em todos os sentidos, auxiliando – o em suas habilidades.

Devido melhora significativa durante o tratamento da criança no espectro autista, pois “oferece uma abordagem educacional prática e abrangente para inspirar as crianças, adolescentes e adultos com autismo a participarem ativamente em interações divertidas, espontâneas e dinâmicas com os pais, outros adultos e crianças” (TOLEZANI, 2010, p. 8)

É importante salientar que, ao trabalhar com alunos autista, é necessário se apropriar do assunto, compreender como funciona o sistema cognitivo do aluno, analisar seu ambiente social, entre outras questões.

Quadro 3: Como é seu relacionamento com a família do autista?

Entrevistado A	Ótimo. De muita parceria.
Entrevistado B	Temos uma boa comunicação, pois juntos criamos uma rotina.
Entrevistado C	Temos uma boa troca de informações.
Entrevistado D	Agradável. Sempre trocamos experiências

Fonte: autor, 2023

No quadro 3, ao serem questionados acerca da comunicação com família, os professores relataram que existe sim uma parceria positiva, com muita troca de experiências desse aluno. Este quesito é de grande relevância para o desenvolvimento do aluno, pois é preciso que o professor compreenda os fatores externo da vida desse aluno, para que seu trabalho na sala de aula tenha mais rendimento.

Para Peteer (1998 apud Serra, 2010), a ausência de troca de comunicação costuma ser uma das maiores dificuldades, pois, para que o trabalho do professor seja feito de forma adequada, é preciso que a família repasse para as vivências para os professores.

Quadro 4: Como é a sua comunicação com o seu aluno com autismo?

Entrevistado A	Normal e carinhosa.
Entrevistado B	É boa., porque temos uma rotina e isso ajuda na comunicação.
Entrevistado C	Temos ser o mais verbal possível, pois isso ajuda na comunicação dele.
Entrevistado D	Temos uma comunicação boa.

Fonte: autor, 2023

Todos responderam que a comunicação é positiva e, ainda destacaram que estabelecem formas de estimular a comunicação, uma vez que faz parte da condição desse aluno.

Sobre isso, Colello (2004, p.12) afirma que, como “um conjunto estruturado de recursos expressivos, que foram sendo coletivamente construídos através dos tempos, a partir de normas e convenções mais ou menos estáveis”. Ou seja, a linguagem com alunos autistas deve ser construída paulatinamente, para que o aluno aprenda e, conseqüentemente aprenda a desenvolver sua comunicação.

Quadro 5: Quais são as suas maiores dificuldades enfrentadas em se trabalhar com alunos autistas?
O que é feito para superar essas dificuldades?

Entrevistado A	Falta de concentração do aluno.
Entrevistado B	Dificuldade de aceitar o novo.
Entrevistado C	Fobia de ambientes fechados. Para ajuda-lo, sempre procuro métodos lúdicos que ajude no relacionamento com os colegas.
Entrevistado D	A falta de comunicação e concentração do aluno. Uso recursos lúdicos.
Entrevistado E	Falta de concentração do aluno. Uso o lúdico e o concreto

Fonte: autor, 2023

Conforme a fala dos entrevistados, a resposta dada pelo entrevistado B, chama a atenção por enfatizar a questão da dificuldade em aceitar o novo. Isso se concretiza, pois o aluno autista, quando é condicionado a uma rotina imposta pela família, ou pela escola, apresenta uma resistência às novidades que lhe são impostas, e tal comportamento faz parte de suas condições estereotípicas, pois, segundo Gauderer (1987), as crianças com autismo, em geral, apresentam dificuldade em aprender a utilizar corretamente as palavras, mas quando participam de um programa intenso de aulas parecem ocorrer mudanças positivas nas habilidades de linguagem, motoras, interação social e a aprendizagem.

Os Professores entrevistados C, e D, responderam que usam o lúdico para auxiliarem em suas mudanças de hábito, o que se constitui em conformidade com a fala de Luckesi (2005, p. 51) “A prática educativa lúdica, por ter seu foco de atenção centrado na plenitude da experiência propicia tanto ao educando quanto ao educador oportunidade ímpar de entrar em contato consigo mesmo e com o outro”.

Nesse sentido, as práticas lúdicas são de suma importância no processo de aprendizagem, não de alunos atípicos, mas também dos demais alunos, pois proporcionam oportunidades de aprendizagem necessárias ao aluno, contemplando suas especificidades.

Quadro 6: Quanto ao planejamento, há um planejamento específico para o aluno com autismo? O planejamento é flexível?

Entrevistado A	Planejamos conforme cada aluno.
Entrevistado B	Executo um planejamento flexível que atenda as necessidades do meu aluno.
Entrevistado C	O planejamento é voltado para todos os alunos especiais em geral.
Entrevistado D	Faço um planejamento de acordo com necessidades gerais do aluno.

Fonte: autor, 2023

Os entrevistados A e B responderam que executam seu planejamento de acordo com a necessidade de cada aluno. Já os entrevistados C e D disseram que seus planejamentos são feitos para todos os alunos em geral, ou seja, não contemplam as especificidades. Conforme Battisti e Heck, (2015), é um fator importante pensar as estratégias necessárias para a inclusão fazendo também uma reavaliação do currículo, considerado que este deve levar a autonomia do sujeito, nesse sentido, o planejamento é de suma importância para o atendimento do aluno com TEA.

Conforme vimos na fala dos entrevistados compreende-se que o professor transmite confiança e segurança para este, para que ele aprenda de forma significativa, sendo possível a partir do planejamento diferenciado considerando as especificidades dos alunos autistas.

Quadro 7: Como é realizada a avaliação pedagógica desses alunos? Quais as áreas de desenvolvimento avaliadas?

Entrevistado A	A avaliação ocorre dia a dia conforme os resultados na atividades.
Entrevistado B	É avaliado a partir da interação dos alunos com os demais colegas.
Entrevistado C	Avalio diariamente, busco sempre inovar.
Entrevistado D	São feitas de acordo com o conteúdo trabalhado.

Fonte: autor, 2023

Os entrevistados A e D, responderam que fazem a avaliação de acordo com os conteúdos trabalhados. O entrevistado B respondeu destacou avalia a interação dos alunos com demais.

Acerca do processo de avaliação, Fernandes (2007, p. 20) atribui que [...] é possível concebermos uma perspectiva de avaliação cuja vivência seja marcada pela lógica da inclusão, do diálogo, da construção da autonomia, da mediação, da participação, da construção da responsabilidade com o coletivo. A avaliação é um processo contínuo e necessário, pois, é a partir da avaliação que se sabe os aspectos que precisam ser melhorados ou repensados.

Quadro 8: A secretaria Municipal de Educação/ Escola disponibiliza algum método ou programa de apoio, oferecido para estimular o desenvolvimento dos alunos autistas?

Entrevistado A	Sim, oferecem.
Entrevistado B	Sim. Oferecem cursos de formação.
Entrevistado C	Disponibilizam salas de recursos pedagógicos, com materiais didáticos.
Entrevistado D	Sim, recebemos formações e aprendemos várias estratégias de aprendizagem.

Fonte: autor, 2023

A formação pedagógica é de extrema importância para o profissional da educação, pois ao longo do desenvolvimento da sociedade, é crescente o numero de crianças com autismo e, estas tem direito a uma educação de qualidade. Diante dessa reflexão, 3 dos 4 entrevistados, deixaram claro que recebem formações sobre o autismo. O entrevistado C relatou que eles disponibilizam recursos didáticos. Freitas (2006, p. 176) salienta que,

[...] hoje, um dos grandes desafios dos cursos que formam professores é a elaboração de um currículo que venha desenvolver nos acadêmicos competências, habilidades e conhecimentos para que possam atuar em uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independentemente das diferenças que apresentarem, dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social.

A formação pedagógica é de extrema importância para o profissional da educação, pois ao longo do desenvolvimento da sociedade, é crescente o numero de crianças com autismo.

Diante do exposto, através das respostas dos professores que trabalham com alunos autistas, percebe-se que de maneira geral que os professores estão mais conscientes de seu papel em relação aos alunos com TEA. É preciso que haja esse olhar específico para os alunos atípicos e, com a ajuda da comunidade escolar e da família é possível ter um retorno positivo da aprendizagem desses alunos.

Diante do exposto, através das respostas dos professores que trabalham com alunos autistas, percebe-se que de maneira geral que os professores estão mais conscientes de seu papel em relação aos alunos com TEA. É preciso que haja esse olhar específico para os alunos, com a ajuda da comunidade escolar e da família é possível ter um retorno positivo da aprendizagem desses alunos.

CONCLUSÃO

O presente estudo abordou a inclusão de alunos autistas na educação infantil, bem como as possibilidades e os desafios na prática docente. Apesar da condição cognitiva dos alunos com TEA, as crianças apresentam uma singularidade em suas características que são diferentes de outra.

O estudo foi desenvolvido por meio de um aporte teórico com os principais autores que abordam a temática. Contou também com uma pesquisa de campo, realizado com 4 professores da Educação Infantil que lecionam para alunos autistas, tendo como objetivo analisar quais as possibilidades e os desafios enfrentados na prática docente com crianças autistas na educação infantil em uma pré-escola do município de Grajaú-MA.

Diante do contexto da pesquisa, entende-se que os fatores que tornam o trabalho docente desafiador, são as características diferentes de cada criança.

Para além do diagnóstico, o estudo metodológico, didático e teórico, são necessários para conhecer a criança com TEA. É preciso, também conhecer a crianças, saber suas preferências, cativá-la, isso, pensado em sua aprendizagem e desenvolvimento.

Durante a pesquisa, algumas das entrevistas apresentaram esse olhar mais sensível à condição da criança, ou seja, elas demonstraram um cuidado às particularidades de cada indivíduo.

Para responder outro objetivo da pesquisa, em relação os desafios e possibilidades vivenciadas pelas professoras, foi possível compreender que estão relacionadas às condições dos alunos, ou seja, às suas limitações enquanto aprendente e, que para sanar essas limitações, as professoras tentam inovar em suas metodologias lúdicas. Neste sentido, a interação, a socialização, o brincar entre outros eixos norteadores da Educação Infantil são fundamentais para o desenvolvimento das crianças, mas, sabe-se que essas são os maiores desafios para os alunos com TEA.

Na vivência das professoras entrevistadas, foi possível concluir que a família é um grande suporte, pois compreendem a condições de seus filhos e estão sempre trocando experiências com a escola. É fundamental ter um contato com os familiares, pois isso facilita a vida escolar dessas crianças atípicas.

Sobre o suporte de formação docente, foi possível constatar que a Secretaria

de Educação oferece cursos e formações continuadas, componente fundamental que agrega nas práticas pedagógicas cotidianas das crianças.

Foi possível compreender a partir deste estudo, que para trabalhar com autistas, não existe manual de instruções assertivo, que há, é a busca constante pelo conhecimento, pelas as formações continuadas, pelo querer docente. De modo efetivo, o professor só conhecerá a criança se obtiver os fatores mencionados e o apoio da família e dos órgãos competente, fatores primordiais para incentivar e potencializar o desenvolvimento da criança com TEA.

Assim, conclui-se que esse estudo não se finaliza por aqui, pois são diários os desafios e as possibilidades do professor. É importante que sempre se atualizem busquem melhorar sua prática, para assim atender as demandas do indivíduo autista. Desse modo, este tema precisa estar presente na escola, pois discuti-lo é necessário e, nem só sobre autismo, mas das outras deficiências e transtornos presentes no ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **DMS-V: Manual Diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BATISTTI, Aline Vasconcelos. HECK, Giomar Maria Poletto. **A inclusão escolar de crianças com autismo na educação básica: teoria e prática**. Trabalho de conclusão de curso, Licenciatura em Pedagogia – Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), Chapecó, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. Brasília – DF; Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 02 de out de 2023

_____, Congresso Nacional. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – Lei nº 9394/96**. Brasília: Departamento de Imprensa Nacional (Diário Oficial da União, 1996.).

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais** 2. ed. Brasília, DF: Corde, 1997.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_sit_e.pdf. Acesso em: 10 nov. 2021.

COIMBRA, Camila Lima. **Os modelos de formação de professores/as da Educação Básica: quem formamos?** Educação e Realidade. Porto Alegre, v. 45, n. 1, e91731, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-623691731>. Pesquisado em junho de 2023.

COLELLO, Silvia Maria Gasparian. **Alfabetização em questão**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2004.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Rio de Janeiro: SME, RJ, 1996

DEMO, Pedro. **Avaliação qualitativa**. São Paulo: Cortez, 1991.

DRUMOND, Simone Helen Ischkanian. **Autismo e educação: métodos, programas e técnicas educacionais para autistas**. Projeto. 2020.

GAUDERER, E. Christian, **Autismo – Década de 80**. Uma atualização para os que atuam na área: do especialista aos pais, Ed.Almed, 2ª edição, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007

FREITAS, S. N. **A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo**. In: RODRIGUES, David (org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006.

HENICK, Angélica Cristina; FARIA, Paula Maria Ferreira de. História da infância no Brasil. In: **Anais: XII Congresso Nacional de Educação-EDUCERE. IX Encontro Nacional Sobre Atendimento Escolar Hospitalar-ENAEH. III Seminário Internacional de Representações Sociais-Educação-SIRSSE. V Seminário Internacional Sobre Profissionalização-SIPD-Cátedra UNESCO**, Curitiba: PUCPR. 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2022**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/grajau/panorama>. Acesso em 10 out 2023.

LUCKESI, C. C. **Ludicidade e atividades lúdicas: uma abordagem a partir da experiência interna**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MIRANDA, Therezinha Guimarães; GALVÃO FILHO, Teófilo Alves. **O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares**. Salvador: EDUFBA, 2012.

NÓVOA, A. **Formação de professores e profissão docente**. In: NÓVOA, A. (Coord.). *Os professores e sua formação*. Dom Quixote, 1991.

OMS. **Organização Mundial de Saúde**. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/transtorno-do-espectro-autista>

OLIVEIRA. Nonília Alice Quirino. **Interação entre escola e família no processo de ensino e aprendizagem da criança: análise de revista brasileira de educação especial**. Universidade Federal da Paraíba. Trabalho de Conclusão de Curso. 2018.

OLIVEIRA, G. P; AMBRÓS, D.M. **O aluno com transtorno do espectro autista na sala de aula: caracterização, legislação e inclusão**. 2016. Disponível em: <http://editora.pucrs.br/anais/i-seminario-luso-brasileiro-de-educacaoinclusiva/assets/artigos/eixo-3/completo-3.pdf>. Acesso em: 16 de nov 2023.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Pessoas com deficiência e os desafios da inclusão.** *Revista Nacional de Reabilitação*, 30/09/2004. Disponível em: <<http://saci.org.br/?modulo=akemi¶metro=12916>> Acesso 29.11.2023.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogias: o espaço da educação na universidade.** In: Cadernos de Pesquisa. São Paulo, 2007, v.37, n. 130.

SERRA, Dayse. **Autismo, Família e Inclusão.** Polemica, Revista Eletrônica, v.9,nº 1, p.40-56, jan/mar. 2010.

TAMANAH, A. C.; PERISSINOTO, J.; CHIARI, B. M. **Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger.** Rev. soc. bras. fonoaudiol., São Paulo, v. 13, n. 3, 2008. Acesso em: 15 nov. 2023.

TARDIF Maurice. **Saberes doentes e formação profissional.** 17ª Ed. Editora Vozes. Petrópolis, 2019.

TEIXEIRA, Enise Barth. A Análise de Dados na Pesquisa Científica: **importância e desafios em estudos organizacionais.** Periódico: Desenvolvimento em Questão, vol. 1, nº. 2, p.177-201, 2003.

TOLEZANI, Mariana. **Son-rise uma abordagem inovadora.** Revista Autismo: informação gerando ação, São Paulo, ano 1, n. 0, p. 8-10, set. 2010

VEIGA, Ilma Passos A. **Profissão docente: novos sentidos, novas perspectivas.** Campinas: Papirus, 2008.